

**Ata da Décima Nona Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (CECA/SDS).**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), com início às quatorze horas e trinta minutos e término às dezessete horas, realizou-se a Décima Nona Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA/SDS). A reunião teve como pauta: a) Apresentação do Parecer de Gradação de Impacto Ambiental do empreendimento Gasoduto Juruá-Urucu; b) Definir destinação e repartição do recurso de Compensação Ambiental dos Empreendimentos: b.1) Gasoduto Juruá-Urucu; e, b.2) PROSAMIM-Igarapé São Raimundo; c) Novos processos a serem inclusos para cálculo da Compensação Ambiental; d) Agendamento da apreciação dos próximos processos de compensação ambiental; e, e) O que houver. O Sr. José Adailton Alves, Presidente da CECA, apresentou a pauta da reunião expondo as tratativas acordadas para análise dos processos de compensação ambiental deliberadas na reunião anterior. Sr. João Rodrigo Leitão, Secretário Executivo da CECA, pontuou que não foi possível reunir todos os membros do Grupo de Trabalho formado para elaboração do Parecer de Gradação do Empreendimento Gasoduto Juruá-Urucu, sendo tal documento elaborado por ele e pela Assessora Técnica do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC/SDS), Sra. Christina Fischer. Destacou também que o Parecer de Gradação foi elaborado seguindo o artigo 5º da Instrução Normativa (IN) nº. 005-SDS, assinada em 28 de junho de 2010, que adotou para determinação do Grau de Impacto Ambiental (entre 0% a 0,5%) e o consequente cálculo da Compensação Ambiental no Estado do Amazonas, a metodologia estabelecida no Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009, sendo realizada ampla análise no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA/RIMA), matrizes de impacto ambiental e pareceres técnicos referentes ao Gasoduto Juruá-Urucu. Evidenciou que a SEACA e CEUC tomaram essa iniciativa tendo em vista a carência de recursos financeiros para se efetuar a implementação das unidades de conservação federais, estaduais ou municipais impactadas pelos empreendimentos, o que pode ser amenizado com a cobrança da quitação e destinação da compensação ambiental, além disso, pelo próprio fato da obrigatoriedade da compensação ambiental prevista em Lei. Sr. José Adailton Alves reiterou a necessidade de atender a legislação em vigor, e também explicitou que os indicadores da SEACA/SDS quanto à

36 compensação ambiental também não estão sendo atendido em virtude da não cobrança da  
37 quitação e destinação da compensação ambiental dos empreendimentos. Sra. Christina  
38 Fischer reforçou a importância dos recursos de compensação a serem aplicados nas  
39 unidades de conservação, por isso a iniciativa da elaboração da proposta de Parecer de  
40 Gradação do Gasoduto Juruá-Urucu, respeitando as competências institucionais de cada  
41 entidade de compõe a CECA/SDS. Sr. Sérgio Martins D'Oliveira, Gerente de Projetos  
42 Especiais e de Infraestrutura (GEPE/IPAAM), salientou que compete ao IPAAM a  
43 determinação do Grau de Impacto Ambiental e Cálculo da Compensação Ambiental,  
44 pontuando que desde o Seminário: "Experiências Institucionais na Implementação das  
45 Câmaras Estaduais de Compensação Ambiental no Brasil", realizado em 2011, identificou-se  
46 a necessidade de elaboração de procedimento específico para cálculo da compensação  
47 ambiental, sendo criada no âmbito do IPAAM, por meio da Portaria/P/IPAAM/Nº. 144/2011, de  
48 15 de agosto de 2011, uma Comissão para definir metodologia para análise do grau de  
49 impacto ambiental e respectivo cálculo de valores de compensação para empreendimentos  
50 com significativo impacto ambiental adequada para o território amazonense. No entanto, os  
51 trabalhos da comissão esbarraram na indefinição da contratação do Prof. Dr. Alexandre Rivas  
52 como consultor especializado para o pleito. Informou que os técnicos da GEPE/IPAAM não  
53 possuem segurança técnico-científica e jurídica para elaborar Pareceres de Gradação de  
54 Impacto Ambiental e Cálculo da Compensação Ambiental, em virtude da extrema  
55 generalidade e subjetividade expressa na fórmula, indicadores e pesos da metodologia do  
56 Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009, e que a Alta Direção do Instituto já está  
57 comunicada quanto à situação e necessidade de se elaborar metodologia própria. Dr. Antônio  
58 Carlos Vitkoski, Coordenador do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC/SDS),  
ponderou a importância da elaboração de novas propostas de estudos para contextualizar a  
60 realidade do Amazonas para efeito de cálculo da compensação ambiental. Sr. João Rodrigo  
61 Leitão reiterou que a metodologia explicitada pelo Decreto Federal nº 6.848/2009 não possui  
62 critérios técnico-científicos, baseados nas especificidades biofísicas-ambientais-sociais da  
63 Amazônia e do Estado, apesar do Comitê de Compensação Ambiental Federal do Instituto  
64 Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (CCAF/IBAMA) aplicá-la nos  
65 empreendimentos licenciados na esfera federal no Amazonas e na Amazônia, sendo que até  
66 o momento nenhum empreendedor questionou judicialmente o CCAF/IBAMA. Explicou que a  
67 metodologia própria mais refinada técnico-cientificamente de acordo com as especificidades  
68 do Estado do Amazonas (conforme os outros estados da federação já fizeram) foi pensada  
69 para ser expedida como Decreto Estadual, somente não se contava na época com as  
70 ressalvas contrárias da Procuradoria Geral do Estado (PGE) quanto à regulamentação dos

71 artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº. 53/2007, que instituiu o Sistema Estadual  
72 de Unidades de Conservação (SEUC). Sr. José Adailton Alves solicitou que os técnicos façam  
73 um novo exercício de elaboração do parecer de gradação. Sr. Sérgio Martins D'Oliveira  
74 sugeriu a aprovação de instrumento normativo que discrimine a aplicação do percentual  
75 máximo de 0,5%, até o IPAAM desenvolver e regulamentar procedimento de cálculo de  
76 compensação ambiental próprio. Sr. José Adailton Alves informou que os técnicos do IPAAM  
77 deverão fazer a justificativa para a adoção do 0,5%, com base na competência adquirida no  
78 licenciamento de empreendimento de grande porte no Amazonas. Dr. Fábio Rodrigues  
79 Marques, Procurador Jurídico do IPAAM, sugeriu apresentar aos Titulares do IPAAM e da  
80 SDS proposta de portaria ou instrução normativa conjunta orientadora, a ser elaborada pelos  
81 membros da CECA, para subsidiar técnica e juridicamente a equipe de analistas ambientais,  
82 que cuidam do licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte e analisam os  
83 Estudos de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA-RIMA), sobre o percentual de  
84 compensação ambiental a ser aplicado. Na ocasião foi deliberada que a reunião específica  
85 para tratar sobre o assunto ocorrerá no dia vinte e nove de novembro de dois mil e treze, às  
86 nove horas na Diretoria Jurídica do IPAAM. Dando continuidade a reunião, Sr. José Adailton  
87 Alves informou que no dia 11 de dezembro de 2013, ocorrerá o Workshop "Estado da Arte da  
88 Compensação Ambiental nos Estados Brasileiros", em Brasília-DF, no Centro de Convenções  
89 Israel Pinheiro – Plenário A. Destacou que o Workshop está sendo realizado pela The Nature  
90 Conservancy, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e  
91 Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), possuindo objetivo de apresentar os resultados da  
92 pesquisa sobre os diferentes processos de compensação ambiental que estão sendo  
93 desenvolvidos no âmbito estadual e as boas práticas realizadas nos 26 Estados Brasileiros.  
Disse que o Governo do Amazonas, por meio da SDS, apresentará a experiência estadual na  
95 valoração, destinação, arrecadação e aplicação dos recursos de compensação ambiental  
96 obrigatória aos empreendimentos de grande porte licenciados pelo Instituto de Proteção  
97 Ambiental do Amazonas (IPAAM), sendo ele o debatedor da "*Mesa Redonda I: Desafios do  
98 Marco Legal para a Compensação Ambiental nos Estados Brasileiros*", e que no evento será  
99 lançado o Encarte Técnico "Estado da Arte da Compensação Ambiental nos Estados  
100 Brasileiros", cujas informações serão validadas na ocasião. Sra. Christina Fischer explanou  
101 que os Planos de Trabalhos das Unidades de Conservação contempladas pela Compensação  
102 Ambiental dos Empreendimentos Linhão de Tucuruí (Reserva de Desenvolvimento  
103 Sustentável – RDS Estadual Uatumã e Área de Proteção Ambiental – APA Estadual  
104 Nhamundá) e Usina Hidrelétrica Teles Pires (Parque Estadual – PAREST Sucunduri) foram  
105 reprovados pelo CCAF-IBAMA, que solicitou o encaminhamento de novos planos ajustados.

conforme as prioridades destacadas no Art. 33 e Paragrafo Único do Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Informou que o CEUC/SDS já está providenciando a correção para posterior encaminhamento ao CCAF/IBAMA. Os outros pontos da pauta programados para discussão, foram remetidos a próxima reunião da CECA. Eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da Reunião, após aprovada lavrei e assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas dos membros do colegiado da CECA presentes na reunião.

  
João Rodrigo Leitão dos Reis  
Secretário da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**19ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO  
AMBIENTAL – CECA  
LISTA DE PRESENÇA**

**Data:** 25 / 11 / 2013 (Segunda-Feira).

**Horário:** 14:30 às 17:00.

**Local:** Sala de Reunião do Gabinete da SDS.

**ASSINATURA**

**1 – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS:**

N.	Secretária de Estado	Assinatura
01	Kamila Botelho do Amaral	

**1.1 – Secretaria Ex. Adj. de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS**

N.	Secretário Executivo Adjunto	Assinatura
01	José Adailton Alves	
N.	Técnico	Assinatura
01	João Rodrigo Leitão dos Reis	

**2 - Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC/SDS:**

N.	Coordenador	Assinatura
01	Antônio Carlos Vitkoski	
N.	Técnico	Assinatura
01	Christina Fischer	

**3 – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM:**

N.	Diretor-Presidente	Assinatura
01	Antônio Ademir Stroski	
N.	Técnicos	Assinatura
01	José Carlos Monteiro de Souza	
02	Maria Gorete Mello da Silva	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	
04	Fábio Rodrigues Marques	
05	Mayara Vidal	